

## 7º CONGRESSO DA CONTRAF-CUT

### Plano de lutas inclui demandas da categoria e da sociedade

PÁGINA 3

ABRIL  
**verde**

Mês de reflexão e conscientização sobre a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

PÁGINA 2

**CONQUISTAS!**

Bancários e bancárias têm direito a adiantamento emergencial de salário durante afastamento por doença

PÁGINA 2

Categoria bancária debateu reorganização sindical, comunicação e combate à precarização trabalhista

PÁGINA 3

**PREVI**

Eleições começam dia 13/04

PÁGINA 4

**FUNCEF**

Candidaturas apoiadas pela Fenae e Contraf-CUT disputam segundo turno

PÁGINA 4



**ABRIL  
verde**

Mês de reflexão e ação para  
um ambiente de trabalho  
mais seguro e saudável.

## Ações alertam para a saúde e a segurança no trabalho

No mês de abril é realizada a Campanha Abril Verde, que tem como objetivo aumentar a conscientização sobre a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. A escolha do mês está ligada ao dia 28 de abril, data em que se celebra o Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho. A data foi instituída pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1969, após a explosão de uma mina na Virgínia (EUA), matando 78 mineiros. No Brasil, também se comemora em 28 de abril o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho.

**RECORDES** - Apesar de intensas campanhas de conscientização, os números de acidentes de trabalho só crescem. Segundo o Ministério da Previdência Social, no ano de 2025 o Brasil registrou cerca de 4 milhões de afastamentos do trabalho, o maior número dos últimos cinco anos. Cerca de 1.700 pessoas perderam a vida somente no primeiro semestre de 2025, vítimas de

acidentes no trabalho. A maioria dos casos está ligada à falta de investimento em segurança e treinamento, somada à precarização das condições de trabalho. Há anos o movimento sindical tenta mudar essa realidade para reduzir a incidência de acidentes e proteger a vida e a integridade dos trabalhadores.

Os números se elevaram ainda mais após o Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgar o entendimento de que as doenças psíquicas, como depressão, ansiedade e síndrome de Burnout, causadas ou agravadas pelo ambiente laboral, são equiparadas a acidentes de trabalho. Campanhas massivas, como as ações do Abril Verde, cobram leis mais rígidas, o fortalecimento de políticas públicas, a ampliação da fiscalização e mais investimentos em saúde e segurança no trabalho. Nesse sentido, algumas categorias de trabalhadores já avançaram em algumas conquistas garantidas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), como é o caso da categoria bancária.

## Empregado de atestado médico pode viajar?



Essa é uma dúvida muito comum entre as trabalhadoras e trabalhadores que se afastam do trabalho por atestado médico. E a resposta é: depende. De acordo com a juíza Ana Cristina da Silva, titular da 1ª Vara do Trabalho de Olinda (PE), o atestado tem uma finalidade clara: garantir repouso e recuperação, mas a pergunta principal é se a viagem é compatível com a condição de saúde que motivou o afastamento. Se a pessoa está impedida de exercer sua função, mas não tem restrição de locomoção, a viagem pode ser feita. Em quadros relacionados à saúde mental, por exemplo, há situações em que a viagem pode até contribuir para o bem-estar emocional, desde que esteja alinhada às orientações médicas. A juíza esclarece, no entanto, que quando o atestado exige repouso absoluto, a viagem contraria a recomendação do médico e pode gerar quebra de confiança e até levar à justa causa. A orientação é respeitar o que consta no atestado.

## CONQUISTAS!

### Bancários e bancárias têm direito a adiantamento emergencial de salário durante afastamento por doença

A pressão por cumprimento de metas, o assédio moral e o acúmulo de funções por conta da falta de pessoal nos bancos estão entre as principais causas do adoecimento na categoria bancária. As metas são quase sempre inalcançáveis, as cobranças são diárias, inclusive

fora do horário do expediente do bancário e em alguns casos até nos finais de semana, e como se não bastasse, a forma como os bancários e bancárias são cobrados muitas vezes são humilhantes e constrangedoras, configurando-se a prática do assédio moral. O resultado de tudo isso é o adoecimento físico e o desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão,



síndrome do pânico, ansiedade e, nos últimos anos, aumento dos casos de síndrome de Burnout. Muitas vezes, não há outra alternativa para o bancário ou bancária, senão o afastamento do trabalho para tratamento da saúde. Até pouco tempo atrás, apenas alguns trabalhadores e trabalhadoras conseguiam finalizar o tratamento porque, sem apoio, não tinham como se manter financeiramente e eram obrigados a voltar ainda doentes para o ambiente de trabalho. A consequência era o agravamento da doença e a demissão. Após muita luta do movimento sindical, a realidade mudou. Hoje a categoria bancária conta com várias cláusulas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que tratam tanto da prevenção de doenças no trabalho quanto do amparo médico e financeiro ao bancário e bancária afastados do trabalho para tratamento de saúde. Entre as que mais se destacam estão as cláusulas 29 e 65 da CCT.

### Complementação de benefício

A **Cláusula 29** trata da Complementação do Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário. Ou seja, ela garante que, quando um bancário ou bancária se afasta do trabalho por doença ou acidente, a partir do 16º dia o banco complementa a diferença entre o valor pago pelo INSS e o salário nominal, por um período de até 24 meses. Também estabelece que os bancos devem adiantar o valor do benefício previdenciário enquanto o INSS não realiza o pagamento.

### Adiantamento emergencial garante a renda por 4 meses

A **Cláusula 65** assegura o adiantamento emergencial de salário nos períodos transitórios de afastamento por doença, para que o trabalhador ou trabalhadora não fique sem renda enquanto aguarda a análise do benefício pelo INSS. Pela cláusula, o banco deve antecipar o salário por até 120 dias, enquanto o trabalhador aguarda a resposta do INSS. Quando o resultado é divulgado, caso o benefício seja aprovado, o empregado recebe o pagamento do INSS e devolve o valor adiantado ao banco, sem juros. Se o pedido for negado, o valor não precisa ser devolvido. No entanto, para não perder esse direito, é preciso cumprir as regras previstas na cláusula. Vale ressaltar que essas conquistas são resultado direto da força da categoria bancária e das negociações conduzidas pelos sindicatos. É a luta coletiva garantindo dignidade nos momentos mais difíceis da vida da bancária e do bancário. Outro lembrete importante é que, em caso de dúvida, é sempre importante solicitar a orientação e o acompanhamento do Sindicato.



# 7º Congresso da Contraf-CUT aprova plano de lutas da categoria bancária para 2026



Acesse aqui e leia mais!



Delegação do Pactu presente no 7º Congresso Nacional da Contraf-CUT



## Reorganização sindical e comunicação são fundamentais

Durante o 7º Congresso Nacional da Contraf-CUT, a categoria bancária debateu dois temas de grande importância na atualidade: a necessidade de reorganização do movimento sindical diante das profundas mudanças no setor financeiro e o uso estratégico da comunicação para ampliar o alcance da mobilização coletiva. O debate foi conduzido pela secretária de Relações Internacionais da Contraf-CUT, Rita Berlofa, e contou com a participação de pesquisadores e dirigentes sindicais, que discutiram os desafios da organização da categoria em um cenário marcado pela digitalização, pela dispersão dos trabalhadores e pela reconfiguração do mercado financeiro. Elias Soares, um dos delegados do Pactu presentes no Congresso, disse que o debate demonstrou a importância de uma nova organização sindical frente à fragmentação do setor financeiro. “Ficou claro que precisamos aperfeiçoar a forma e o campo de atuação sindical, passando necessariamente por uma comunicação estratégica. Hoje os sindicatos vivem uma mudança estrutural que deixou de depender exclusivamente do corpo a corpo nas agências para atuar em um ambiente digital baseado em dados, redes orgânicas e disputa permanente de narrativas”, explicou. Ele lembrou ainda que há alguns anos os Sindicatos do Pactu têm aperfeiçoado as formas de comunicação com a utilização de canais diretos, seja no território físico ou virtual, para fortalecer o vínculo contínuo com os trabalhadores e trabalhadoras.



Acesse aqui e leia mais!

## Categoria debateu a precarização trabalhista

O aprofundamento das desigualdades sociais e trabalhistas causadas pela falta de uma reforma regulatória no sistema financeiro foi um dos temas amplamente debatidos durante o 7º Congresso da Contraf-CUT. Pesquisas sobre os impactos no emprego gerados pela nova realidade do setor mostram que, enquanto os bancos tradicionais reduziram significativamente os postos de trabalho (cerca de 88 mil em dez anos), a atuação das cooperativas de crédito e fintechs avançam na oferta de produtos e serviços bancários, aumentando seus ativos, resultados líquidos e presença no território nacional. O professor da FespSP e doutor em Políticas Internacionais, Moisés Marques, e o doutor em economia pela Unicamp, Gustavo Cavarzan, do Dieese, alertaram que essa desregulamentação do setor financeiro pode levar o país a enfrentar mais casos como o do banco Master, crises sistêmicas e aprofundamento das desigualdades sociais e trabalhistas. Segundo os especialistas, o cenário de fragilidade regulatória e concorrência desleal não traz somente prejuízos aos direitos trabalhistas e à organização sindical, mas colabora também para o aumento de fraudes e para a lavagem de dinheiro do crime organizado, além de perda de arrecadação e endividamento das famílias, com crédito que continua caro e escasso.



Acesse aqui e leia mais!

A defesa do emprego bancário, a regulação do sistema financeiro, o enfrentamento dos impactos das novas tecnologias no trabalho e o fortalecimento da organização sindical estão entre as principais bandeiras de lutas da categoria bancária para os próximos meses. Essas e outras diretrizes foram aprovadas durante o 7º Congresso da Contraf-CUT, realizado de 27 a 29 de março em São Paulo. O evento teve como lema “Organizar, defender e avançar: o futuro é nosso!” e contou com participação de 196 delegados e 132 delegadas de todo o país. Os Sindicatos do Pactu foram representados por Geogia Fernanda Zanelli Ferreira (Paranavai), Bruno Murante da Silva (Campo Mourão), Fernando Augusto Comassetto (Toledo), Elias Soares (Umuarama) e Franciele Marcanzoni Zukovski (Guarapuava). As prioridades aprovadas pelas bancárias e bancários incluem ainda demandas diversas, tais como promoção da diversidade e da igualdade, ações de combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, defesa dos bancos públicos, trabalho decente, infraestrutura tecnológica soberana e outras. O documento com as resoluções do Congresso também estabelece propostas para a sociedade, reafirmando o compromisso da entidade com a defesa da democracia, das empresas públicas e de um modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social. “Definimos as prioridades da categoria bancária, mas também estabelecemos pontos de atuação social e política diante de um cenário de extremismo e conservadorismo em um ano eleitoral, que pode levar ao poder um segmento favorável à retirada de direitos dos trabalhadores”, destacou Juvandia Moreira, presidenta reeleita da Contraf-CUT. O Paraná tem um representante na Executiva da nova direção da entidade: Elias Hennemann Jordão (Bradesco), de Curitiba, reeleito secretário de Imprensa. Bruno Murante da Silva (Santander), de Campo Mourão, foi eleito membro do Conselho Diretivo. O mandato, excepcionalmente, terá duração de apenas um ano.

### RESOLUÇÕES

Os delegados e delegadas presentes no 7º Congresso Nacional da Contraf-CUT aprovaram ainda quatro resoluções. São elas: enfrentamento à violência contra as mulheres; impactos da inteligência artificial no emprego bancário; defesa do emprego e contra o fechamento de agências bancárias e defesa da democracia e soberania nacional.



## Eleições na Previ começam dia 13/04

Sindicatos do Pactu apoiam a  
Chapa 2 – Previ Para os Associados



De 13 a 27 de abril serão realizadas as Eleições Previ 2026 para a escolha de representantes dos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Previ na Diretoria Executiva e nos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivos dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro. O pleito é muito importante para garantir que a Previ continue sólida e confiável, assegurando que os associados tenham a tranquilidade de um benefício e aposentadoria dignos. É por isso que a Contraf-CUT e os Sindicatos do Pactu apoiam e orientam o voto na Chapa 2 – Previ Para os Associados, cujos integrantes são pessoas com longo histórico de luta pelo fortalecimento da Previ e em defesa dos participantes e assistidos.

A proposta da Chapa 2 é o foco na gestão responsável dos planos da Previ, garantindo rentabilidade, segurança e respeito à governança paritária e democrática que construiu a Previ ao longo de seus 122 anos de história. A Chapa 2 destaca ainda o compromisso com os associados do Previ Futuro, com a diversificação e aprimoramento dos perfis de investimento, oferecendo também assessoria previdenciária e financeira. Para os associados do Plano 1, o grupo segue comprometido com a segurança e estabilidade, garantindo que o patrimônio seja administrado com prudência e sem riscos desnecessários.

### CHAPA 2 – PREVI PARA OS ASSOCIADOS

#### Conselho Deliberativo

Titular: Carlos Alberto Guimarães de Sousa  
Suplente: Fátima Suzana Marsaro

#### Conselho Fiscal

Titular: Carlos Eduardo Bezerra Marques  
Suplente: Waldyr Peixoto Filho

**Diretoria de Administração:** Alencar Rodrigues Ferreira Junior

**Diretoria de Planejamento:** Lissane Pereira Holanda

#### Conselho Consultivo – Plano de Benefícios 1

Titular: Edson Branco da Cruz Filho e Haroldo do Rosário Vieira  
Suplente: Nadja Maria Santana da Silva e Ivanilson Batista Luz

#### Conselho Consultivo – Previ Futuro

Titular: Karla Roberta Revert Mota e Samuel Bastos Macedo  
Suplente: Laurito Porto de Lira Filho (de Londrina) e Leonardo Imbiriba Diniz

## Eleições Funcef

# Candidaturas apoiadas pela Fenae e Contraf-CUT disputam segundo turno

As Eleições Funcef 2026 seguem para o segundo turno. Apoiado pela Fenae, Contraf-CUT e pelos Sindicatos do Pactu, o atual diretor de Benefícios, Jair Pedro Ferreira, permanece na disputa pela reeleição após conquistar 45,36% dos votos no primeiro turno. Para o Conselho Deliberativo as entidades apóiam Selim Oliveira (titular) e Ana Carolina Melo (suplente), que também seguem na disputa, com 20,91% dos votos. Já no Conselho Fiscal, Jesse Krieger (titular) e João Delibaldo (suplente) avançaram para o segundo turno ao obter 36,75% da votação. A nova etapa da eleição será realizada entre os dias 6 e 9 de abril, novamente

por meio eletrônico, no site ou através do aplicativo da Funcef.

### Resultados e avanços

Durante a gestão de Jair Pedro Ferreira na Diretoria de Benefícios, os participantes acompanharam mudanças importantes na Funcef, com impactos relevantes. Entre os avanços, está a utilização de resultados positivos para melhorar o valor líquido dos benefícios, algo que não ocorria há mais de uma década. Também avançaram iniciativas como a incorporação do REB ao Novo Plano e as discussões sobre o contencioso, com maior reconhecimento de responsabilidades por parte da Caixa.

## ONU reconhece escravidão como crime contra a humanidade

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



A Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou no dia 25/03, uma resolução que reconhece o tráfico transatlântico de africanos escravizados como o crime mais grave contra a humanidade e defende reparações históricas. Estima-se que cerca de 12,5 milhões de africanos tenham sido capturados e enviados à força para as Américas entre os séculos XV e XIX. O Brasil recebeu quase 5 milhões de negros escravizados e, nas Américas, foi o último país a abolir a escravidão, em 13 de maio de 1888. Além do Brasil, a resolução da ONU teve o apoio de 123 países. Estados Unidos, Israel e Argentina votaram contra, alegando que a resolução pode criar uma hierarquia entre crimes contra a humanidade. Outras 52 nações, como Reino Unido, Portugal e Espanha, se abstiveram. A CUT se manifestou sobre a medida da ONU e afirmou que ela representa um avanço no enfrentamento das desigualdades raciais. Para a CUT, a resolução marca um novo passo na mobilização por justiça histórica, direitos e igualdade de oportunidades.



Acesse aqui e leia mais!